TL 3493

TRADUZIR P/ INGLES

TRIBUNAL PERMANENTE DOS POVOS

SESSÃO SOBRE TIMOR LESTE

Lisboa, 19,20,21. Junho. 1981

SOBRE A IDENTIDADE NACIONAL CULTURAL DO POVO DE TIMOR LESTE

(Relatório apresentado por Abílio Araújo)

SOBRE A IDENTIDADE NACIONAL E CULTURAL DO POVO DE TIMOR LESTE

Most illustrious jurors!

Ilustríssimos jurados!

O colonialismo continua a existir!

No passado não muito distante, ouvíamos os ideólogos do colonialismo das velhas potências justificarem-no ou enaltecerem-no pela "sua obra e missão civilizadoras", "pela defesa do mundo livre contra a subversão", etc..

Hoje, extinto que foi o último grande reduto do colonialismo clássico - o colonialismo português - e com ele o seu vasto império, resultado da luta dos Povos outrora colonizados e das forças democráticas a nível internacional, e quando a condenação do colonialismo é quase unânime seria descabido virmos aqui dissecar a ideologia do colonialismo das velhas potências.

Mas, se o colonialismo continua a existir na sua forma pura de dominação política, exploração económica e repressão cultural, realidade que não pode ser confundida com aquela que tem por nome de neo-colonialismo, importa denunciar:

1. que colonialismo é esse?

2. qual é o seu substracto ideológico ?

a fim de podermos habilitar-nos a desmascará-lo. Trata-se do colonialismo de alguns países do 3º Mundo que ainda ontem lutaram pela sua independência e em que as respectivas burguesias tomaram o poder e se aliaram à burguesia internacional a fim de melhor explorarem os Povos dos seus países. Transformaram-se em dóceis instrumentos do imperialismo

e é como tal que agem ao pretenderem colonizar os povos vizinhos. De facto, são países do 3º Mundo pela situação de miséria extrema em que vivem os seus países e pelo atrofiamento geral verificado ao nível dos vários sectores da vida nacional resultante do passado colonial e da presente via neo-colonial de desenvolvimento, mas a classe dirigente identifica os seus interesses com os da burguesia internacional, e, como tal, não hesita em explorar o seu povo, hipotecar o seu país e agredir até outros povos que a custo tentaram libertar-se do jugo colonial das velhas potências. Ao procurar colonizar outros povos, as classes dirigentes destes países não hesitaram em forjar argumentos muitas vezes de aparência anti-colonial como aquele célebre discurso do Presidente Suharto da Indonésia de que " o seu exército foi ajudar o Povo de Tim.or-Leste a libertar-se do colonialismo português". Porém, quando a base deste argumento deixa de ser consistente pois o seu fim último é justificar o seu colonialismo, eles recorrem a dois principais argumentos, a saber, o da existência nacional comum sòmente dividada com o advento do colonialismo europeu e o da origem étnico-cultural comum. Efectivamente, um dos aspectos da ideologia do colonialismo dos países do 3º Mundo baseia-se na negação da existência da nacionalidade dos Povos que, de facto, ergueram as suas nações e jorjaram uma própria identidade cultural ao longo do período da história da dominação colonial.

Ilustríssimos jurados!

Importante, portanto, rebater estas duas teses que por serem supostamente baseadas na História, são, de facto, anti-História.

Assim, esta minha exposição procura tão sòmente no plano da análise historica a existência de uma nação e de uma cultura: nação e cultura mauberes.

Para quem hoje, como o Povo de Timor Leste, embora sujeito a sacrifícios vários e incontáveis continua a empunhar as armas do

combate político-cultural; efectua uma luta de resistência que se alarga num espaço geográfico e sócio-político único, e, pela primeira vez, essa resistência é conduzida por uma direcção política única, com certeza que haverá profundas razões a justificar toda esta situação.

Estas razões encontram-se no seu desejo à liberdade e à independência num quadro novo resultante da síntese histórica produzida no decurso da colonização portuguesa. É, pois, o colonialismo com as contradições que lhe são intrínsecas já que, por um lado, destruidor de sociedades ao ser óbice de um desenvolvimento que poderíamos chamar de linear, e, por outro lado, gerador de novas nações que importa dissecar no seu todo coerente para podermos ver os fundamentos históricos desta realidade objectiva - nação maubere una e indivisível - pela qual se bate o seu Povo. Mas é necessário precaver-nos de possíveis equívocos. Pois, se é verdade que a nação maubere se constituíu no interior das fronteiras geográficas impostas pelo colonialismo português, tal não pode ser justificação para, numa visão unilateral, o considerar como um factor positivo na formação da nacionalidade maubere. Em nosso entender, o colonialismo europeu como uma realidade histórica mundial verificada numa época histórica perfeitamente definida, ao impôr-se nos vários continentes, engendrou a sua própria destruição pela acção dialéctica repressão/resistência.

Há, em resumo, uma necessidade premente de encarar as fronteiras políticas de uma nação de uma forma objectiva e encontrar as razões fundamentais que possibilitaram a sua unidade por vezes erguida sobre a diversidade. Ter a noção clara de que a unidade nacional desde que surja por pressões de forças exteriores, forças do colonialismo, ela é necessàriamente a mudança de uma táctica do colonialismo, e então, a unidade não pode chamar-se nacional, pois é fictícia, é artificial. Um dia quando tal unidade já não servir, as mesmas forças exógenas poderão destruí-la e consegui-lo-ão pois a unidade nacional não existiu.

A unidade para ser nacional tem de ~~xx~~ ser o resultado de forças internas na sua dinâmica, na superação pela dialéctica dos antagonismos existentes internamente, e, os antagonismos entre o conjunto das forças internas e externas, incluindo-se nestas últimas, os seus agentes internos. Só assim haverá uma unidade nacional firmada ~~xxxxxxx~~ numa identidade e cultura nacionais.

Ilustríssimos jurados!

A colonização europeia foi encontrar os povos do arquipélago da Indonésia em diferentes níveis do desenvolvimento social e político. A Indonésia como expressão geográfica com uma relativa consistência e unidade assenta em três componentes importantes:

1. a dominância do elemento malaio-javanês presente em toda a sua extensão geográfica;
2. existência de uma língua veicular - bahasa indonesia - que é uma ligeira variante do malaio, e
3. O Islão.

Estamos a debruçar-nos sobre o período pré-colonial naquela área do Sudeste Asiático já que importa ~~x~~estabelecer ~~xx~~ desde já as diferenças culturais registadas nessa época entre a Indonésia e Timor. Beneficiada por aquelas três componentes que conferem uma certa homogeneidade, a colonisação holandesa contribuiu grandemente para a génese da Indonésia como ~~xxxx~~ expressão política que foi fortemente vincada na resistência contra o colonialismo holandês e que foi consagrada após a vitória da Revolução de Agosto liderada por Sukarno no lema de " unidade na diversidade" - binneka tunggal ika. Esta unidade indonésia consagrou-se no seu Hino Nacionalista :"SATU NUSA, SATU BANGSA, SATU BAHASA" - Um País, Uma Nação, Uma Língua.

Resumimos portanto os factores e factos históricos que levaram à nítida distinção entre ~~Timor Leste~~ e a

Resumiremos, portanto, os factores e factos históricos que levaram à nítida distinção entre Timor Leste e Indonésia:

a) O Hinduísmo não chegou a Timor Leste.

Nos primeiros séculos da era cristã o hinduísmo teve um enorme impacto nos malaios de Samatra e Borneu e nos javaneses, parentes próximos destes, a ponto de terem desenvolvido uma civilização brilhante que não chegou às ilhas a oriente de Celebes e Lombok, como é o caso de Timor não obstante os grandes impérios javaneses de Kadiri e Mojopahit terem criado interesses comerciais e exercido uma vaga suzerania na metade oriental do arquipélago.

b) A especificidade do colonialismo holandês.

Se atentarmos que a actual Indonésia no tempo em que era colónia holandesa se chamava de Companhia das Índias Orientais, dúvidas não nos restam de que o móbil colonial dos holandeses era muito claramente económico pois o termo Companhia mostra claramente a sua natureza. Justiça seja feita a esse colonialismo que não precisou de mascarar ou encobrir as suas motivações económicas ! Assim, os holandeses utilizaram o sistema de administração indirecta que consistia na utilização e recrutamento dos seus agentes, quadros e funcionários oriundos das ilhas de Samatra e Java contribuindo grandemente para a malaio-javanização do arquipélago e que se tornou ainda mais saliente na época post-independência. A explosão demográfica em Java que tem cerca de 3/4 da população total indonésia é outro factor para a generalização do fenómeno da malaio-javanização com predominância para a javanização já que a cultura javanesa, uma cultura hindu superficialmente islamizada tende a impôr-se a todas as outras.

Por outro lado, a forte resistência cultural na Indonésia obrigou os holandeses a fazer uso da língua malaia como língua do comércio, contribuindo para a sua maior difusão em todo o arquipélago.

Em Timor Leste desconhece-se a língua indonésia e o TÉTUM,

a língua veicular, é hoje a língua nacional.

c) Quanto ao Islão difundido a partir de Malaca tal como a língua malaia que remonta à hegemonia do sultanato de Malaca no século XV é de notar que é na Indonésia a religião de 80% da população. Em Timor Leste, de acordo com as estatísticas de 1973 feitas pelos portugueses, somente 345 pessoas ou seja, 0,06% da população total seguiam os ensinamentos de Maomé.

Ilustríssimos jurados!

Após este pequeno resumo em que transparecem nítida e claramente os contornos e fronteiras culturais entre Timor Leste e Indonésia e facto que desmistifica as teses indonésias da origem cultural/étnica comum e da existência nacional comum entre os indonésios e os timores, julgamos que já é tempo de procedermos à apresentação histórico-analítica da sociedade timor e da sua dinâmica sócio-política e cultural.

Quando os primeiros portugueses aportaram à ilha de Timor em 1515 havia vários reinos independentes localizados em zonas étnico-linguísticas mais ou menos bem delimitadas. Estes vários reinos organizados em pequenos Estados reconheciam a ascendência política do imperador Sonbay e do Rei de Behale. O primeiro correspondia de uma forma imperfeita ao actual Timor Ocidental e o segundo a Timor Leste. Destacavam-se na parte oriental duas Casas Reais - a de Suai/Camenasse e a de Luca/ hierarquicamente a seguir ao Rei de Behale. Behale, Suai/Camenasse e Luca eram também os centros da cultura dos Povos da Língua Tétum que, devido à sua ascendência política sobre os demais reinos de Timor Leste, impuseram também a difusão da sua língua.

Nos primeiros 130 anos do encontro pacífico entre os portugueses e os Povos de Timor não se verificou qualquer dominação política. Não devemos esquecer que durante o período de 1580 a 1640, Portugal tinha perdido a sua independência e vivia sob o domínio da Coroa espa-

nhola facto que motivou a perda de várias das suas possessões coloniais e o impediu de alargar efectivamente a sua influência iniciada no Extremo Oriente. Assim, até 1642, os chefes políticos de Timor não só se tinham sucessivamente negado a aceitar o Cristianismo como o combatiam, perseguindo ou maltratando os padres dominicanos. Mas é importante referir-nos também que até 1642, o Islão estava a ensaiar a sua entrada na zona oriental do arquipélago incluindo Timor através das forças do Rei de Tuló, imperador de Macassar. É pois nestas circunstâncias que se dá o combate entre os dois potentados de Timor, por um lado, e as forças colonialistas portuguesas, por outro lado. Os primeiros eram apoiados pelo Macassar, enquanto que os portugueses tinham firmado alianças com alguns reinos de Timor. A derrota de Sonbay e Behale que marca o grande estremecimento das estruturas políticas da sociedade timor, ao ter impedido definitivamente a islamização de Timor, marca também o iniciar de um novo rumo histórico para os seus Povos.

O historiador português Hélio Felgas, relata a propósito do acontecimento:

" Esta foi a primeira vez que utilizámos o esforço nativo de uns reinos para conseguir o domínio sobre outros" .(1)

Humberto Leitão relata a propósito:

" Perdeu o Behale o seu prestígio com uma derrota infligida às suas forças no ano de 1642 pelo velho capitão-mor Francisco Fernandes ... . Passou, por isso, a maioria dos reinos a ter vida independente, havendo,contudo, alguns que reconheciam uma certa autoridade no rei de Luca, e outros no de Camenasse." (2)

Ilustrissimos jurados!

A história de Timor Leste desde 1642 a 1912, fim da última grande guerra independentista liderada por D. Boaventura de Manufahi, foi a História de mais de dois séculos de luta heróica dos seus Povos. Foram páginas regadas de sangue, mas também de heroísmo e coragem

abnegada. Escrevia em 1864 Afonso de Castro:

" ... as rebelliões em Timor têm sido succissivas, podendo dizer-se que a revolta é ali o estado normal e a tranquilidade o excepcional." (3)

D. Boaventura representou o símbolo de um esforço patriótico na conjugação dos reinos para uma acção unitária. O seu fracasso revela a heterogeneidade dos vários reinos de Timor, cada vez mais enfraquecidos e atingidos pela dominação colonial. Este fracasso revela também que o sucesso da luta anti-colonial jamais poderia residir numa acção integrada nos quadros institucionais da sociedade feudal, mortalmente vitimada pelo colonialismo.

Consideramos feliz a expressão de Teófilo Duarte citada por Hélio Felgas sobre a última guerra independentista, que terminou em 1912, e que fora na sua opinião "os estremeções epilépticos dum Povo que sufocava nas malhas apertadíssimas duma organização administrativa que lhe paralizava os movimentos desordenados e atrabiliários".

A introdução de novas medidas administrativas, o imposto de capitação em dinheiro, a lei de aforamento de terras no início deste século marca já uma grande penetração colonial. Está-se já na segunda fase da economia colonial do café, introduzida em 1815 pelo Governador Alcoforado e que veio substituir a economia colonial do sândalo. Filomeno da Câmara, a propósito da concessão de 50 hectares de terreno aos liurais para serem cultivados em seu proveito próprio como compensação das medidas restritivas da autoridade e soberania dos mesmos contida nos Decretos de 13 de Setembro de 1906 e de 23 de Abril de 1903 além de considerar "precária e quase ridícula concessão" acrescenta: " ... deve ter arrancado muita gargalhada de escárnio e muito ranger de dentes de ódio e despeito por essa ilha fora". Por isso o mesmo Governador não se esquiva a afirmar em relação aos liurais que aquelas medidas foram "acima de tudo o traço definitivo sobre a sua semi-independência ou total independência nesse apagado regime feudal em que o Governo Português era reconhecido com certa chocarreirice como suserano".

Acrescenta ainda: " Não iam muito longe os tempo em que os governadores se dirigiam aos liurais tratando-os oficialmente em documentos emanados da Secretaria por "Vossa Magestada".

Discordamos todavia da afirmação do mesmo Governador ao dizer sobre a Revolta liderada por D. Boaventura " revolta que foi de liurais e não dos povos". Em nossa opinião a revolta de toda uma sociedade que quis libertar-se do colonialismo português para salvaguardar a racional correspondência entre as suas estruturas e permitir o seu livre desenvolvimento até que novas mutações internas motivassem a sua ruptura.

Achamos importante citar Hélio Felgas sobre as profundas alterações ocorridas na estrutura social e política:

" ... a autoridade dos chefes indígenas diminuíu, a integridade territorial e política dos reinos desapareceu, as populações deixaram de estar subordinadas aos liurais, aos datos e aos tumungões que os escravizavam e os exploravam para dependerem quase directamente dos representantes da autoridade portuguesa . (...) o sistema electivo dos chefes indígenas alterou-se. Para substituir os liurais infiéis, foram eleitos , pelos indígenas, os guerreiros que mais se haviam distinguido na luta, mesmo que não fossem "datos". Esta casta foi assim desaparecendo, pois os novos chefes .... já não puderam formar uma aristocracia semelhante à dos datos. (4)

Ilustríssimos jurados!

A exploração do sândalo no período do florescimento da economia mercantil na Europa não necessitou de ocupação de terra o que exigiria controle político através de ocupação militar. Assim, o processo da penetração colonial portuguesa passa por pelo estabelecimento de pactos e tratados, fomento de guerras inter-reinos de Timor e finalmente, a prática astuta do divisionismo.

De facto, podemos chamar ao divisionismo baseado no reino uma racionalidade do colonialismo. Esta racionalidade não é mais do que o

modo como utilizou para seus fins aspectos próprios e característicos do nível de desenvolvimento dos Povos coloniais. Embora a ideàlogia colonial esteja impregnada de uma constante dose de negação da História dos povos coloniais, a prática colonial, efectivamente, revela a aceitação de que os Povos colonizados têm a sua história. Torna-se, por isso, imperioso a ele, ao colonizador, integrar-se e caminhar no história dos povos colonizados até que isso deixe de lhe ser necessário. Como sujeito secundário nesta etapa histórica vai tomar parte na luta dos antagonismos, na luta inter-reinos. A propósito disso, o Governador Pedro de Melo referia-se na sua Proclamação do 20 de Fevereiro de 1730 contra a Casa do Camenasse, nos seguintes termos:

" ... não obstante os thimores do meu partido pelejarem mais a seu favor, do q̃ em defença dos reaes dominios " (5)

Bem sucedido na sua política divisionista fácil se tornou a sua radicalização culminando na subordinação total dos Povos de Timor e na destruição dos suportes essenciais da sociedade timor.

Não vejamos na perda gradual das inúmeras prerrogativas dos liurais e datos, nomeadamente, do "rai tên" - renda da terra - que cobrava a seu favor bem como na "promoção social" dos "atan" - servos - e dos "lutu hum" - servos da gleba - através da sua participação nos arraiais de guerra como combatentes "livres" ao serviço do colonizador como aspectos positivos do colonialismo ao reduzir as grandes discrepâncias sociais da antiga sociedade timor. Vejamos, sim, o estrangulamento do processo histórico dos Povos de Timor, a sua subjugação como resultado do desenvolvimento desigual das sociedades em perspectiva histórica, e, finalmente, o sistema colonial na sua coerência e lógica de exploração. O sândalo antecede ao café em virtude dessa mesma lógica. Nunca poderia ter sido o contrário.

O "rai tên" que tinha sobrevivido até aos fins do colonialismo português não era já um direito e apanágio exclusivo de liurais e datos. Ele tornou-se numa receita de subsistência "in extremis" nalguns casos

de liurais deserdados e outros detentores de terras, principalmente, várzeas de arroz abandonadas por falta de braços e que por isso eram cedidas para amanho por terceiros.

Ilustríssimos jurados!

Vimos na exposição que agora estamos a apresentar-vos varias facetas da vida dos Povos de Timor que vamos sintetizar:

1. a falsidade das teses pseudo-históricas de existência de uma nação indonésia de que Timor Leste faria parte no período que antecedeu a chegada do colonialismo europeu.

2. as diferenças culturais que existiam entre Timor Leste e o resto do arquipélago da Indonésia antes da colonização ocidental.

3. a Indonésia como expressão geográfica possui uma certa homogeneidade, circunstância que favoreceu a corporização da Indonésia como expressão política resultado da vitória do movimento nacional de libertação indonésio contra o colonialismo holandês.

4. a especificidade da situação sócio-política e económica antes e durante a dominação colonial portuguesa em Timor Leste, circunstância que determinou um desenvolvimento histórico diferenciado entre Timor Leste e a Indonésia, em suma, a consumação de dois percursos históricos divergentes. Além disso, a existência da língua Tétum, ciosamente cultivada tanto na forma oratória como na poesia pelos Povos de Timor que não conhecem a língua indonésia.

Resta-nos, assim, para finalizar o nosso relatorio abordar o surgimento da consciência colectiva, preâmbulo da consciência nacional que ganha corpo após o sucesso das campanhas chamadas de pacificação dos Povos de Timor. Enfraquecidas as estruturas sociais tradicionais, o novo

desenvolvimento económico origina a formação de novas classes sociais - os trabalhadores rurais, o proletariado rural e urbano, os trabalhadores sazonais, a pequena burguesia e outros estractos da burguesia local. O colonialismo ignora as fronteiras dos antigos reinos. A sua grande avidez de lucros leva-o a transferir grandes contingentes da população de umas/zonas para outros locais de trabalho: plantações, estradas, etc.. As populações dos vários reinos outrora rivais encontram-se numa mesma comunhão de sofrimentos. Se ainda existirem conflitos que opunham os reinos, então, a propósito de quê ? A propósito de terras, de supremacia politica ? Não. Já não há terras para serem disputadas pelos reinos que no passado se opunham. Já não há poder para ser disputado. É que todas as comunidades, todos os reinos perderam as suas terras e o poderio que tinham alcançado e disputado através da História. As terras hoje são do colonizador e o poder é ele quem possui. A vivência cultural comum possibilita o intercâmbio cultural entre elas. Uma nova cultura se desenvolve traduzida no seu novo canto, nova dança, nova poesia. Neste período as principais produções culturais são a expressão do sofrimento e do lamento pela desagregação das suas aquisições históricas, de percepção e compenatração colectivas da vivência material cada vez mais difícil e do renascer empírico duma esperança de dias futuros mais felizes. O assumir colectivo de uma realidade que a todos toca, marca o amadurecimento da consciência colectiva, prelúdio da consciência nacional.

Ilustríssimos jurados!

O colonialismo português vigorou em Timor Leste durante 333 anos.

O conceito de Povo timor/Povo maubere traduz a constatação material e palpável de um dos aspectos da realidade nova, inexistente no período de penetração colonial e surgida do convívio forçado entre o colonizador português e o colonizado timor.

O Povo Timor/Povo Maubere apresenta-se com contornos mais definidos a partir do momento em que se inicia a luta organizada de libertação nacional. Portanto, o Povo timor/Povo maubere teve um percurso histórico que o sedimentou como tal, percurso que foi cheio de convulsões sociais e políticas como se viu anteriormente.

Ilustríssimos jurados!

Se não consegui demonstrar-vos que há um Povo, uma Nação e uma Cultura específicas no território de Timor Leste, então, peço-vos que prestem atenção à determinação do Povo maubere na sua luta actual. Qualquer explicação simplista que reduza esta luta heróica à uma índole guerreira dos timores como o fazem alguns historiadores de trazer por casa, só mostra a ignorância mais crassa de uma História e de um processo histórico. Ela é bem a afirmação da identidade nacional e cultural de um Povo que no seu percurso e peregrinação milenárias forjou uma direcção política centralizada e coesa para dirigir na afirmação da nação e cultura mauberes.

Obrigado!

NOTAS:

(1) -"Timor Português", pág. 227, Hélio Esteves Felgas

(2) - "Os Portugueses em Solor e Timor" de 1515 a 1702", pág. 166, Humberto Leitão.

(3) - "As Possessões Portuguesas na Occania", pag. 101, Afonso de Castro.

(4) - Obra já citada do mesmo autor

(5) - "Proclamação" transcrita na íntegra por Luna de Oliveira in " Timor na História de Portugal", I Volumo, pág. 174-178.